

MIKOŁAJ NKOLLO

Universidade Adam Mickiewicz, Poznań

mink@inea.pl

AS CONSTRUÇÕES RECÍPROCAS NOS TEXTOS PORTUGUESES ARCAICOS. UM SUBSISTEMA GRAMATICAL EM VIAS DE SURGIMENTO

Abstract. Mikołaj Nkollo, *As construções recíprocas nos textos portugueses arcaicos. Um subsistema gramatical em vias de surgimento* [Old Portuguese reciprocal constructions. An emergent grammatical subsystem], *Studia Romanica Posnaniensia*, Adam Mickiewicz University Press, Poznań, vol. XL/1: 2013, pp. 95-114. ISBN 978-83-232-2542-3. ISSN 0137-2475. eISSN 2084-4158.

The main goal of this paper is to identify various methods of expressing reciprocity encountered in Old Portuguese texts (from 13th to 15th centuries) and to account for putative evolutionary mechanisms conducive to their emergence and their subsequent shape. Most of the grammaticalization pathways documented in human languages have been implemented in Old Portuguese, as well. Only syntactically built reciprocals will be taken into account; their lexical counterparts, where reciprocity is an inherent semantic property, will be evoked incidentally. Peculiar characteristics exhibited by ancient Portuguese reciprocal constructions comprise: a shaky selection of determiners distributed over the bipartite indefinite *um ao outro* and its varieties, a rather peripheral, though clearly distinct exponent *d'huũa parte e d'outra* designed to highlight a twofold (and not manifold) internal structure of states of affairs, a remarkable mobility of *se* and, finally, a blurred distinction between *entre eles* (preferably anaphoric) and *entre si* (used seemingly at random, with either indefinite and definite objects). Compared to other incipient Romance languages, a system built around this set of markers was rather scanty. It relied on numerous makeshift solutions, as typically do the languages whose particular grammatical areas are merely on the point of coming into existence.

Key words: bipartite indefinite exponent, lexical vs syntactic reciprocals, reflexive marker, reduplication, structural change, simple vs. discontinuous constructions, collective vs distributive readings

1. OS OBJECTIVOS E O MÉTODO

O presente artigo foi escrito com o propósito de dar a conhecer uma lista de métodos para expressar a reciprocidade, descobertos nos textos portugueses arcaicos, e que pertencem ao período posterior ao galego-português. Para além de apresentar uma característica estrutural das antigas construções, a análise lidará com os mecanismos conceituais que dão origem aos expoentes de reciprocidade difundidos

por várias línguas humanas. De um modo evidente, serão privilegiados os processos evolutivos que levaram ao surgimento dos auxiliares em vigor no português arcaico. O material utilizado nas páginas que se seguem foi extraído principalmente de duas obras que recolhem textos oriundos da Idade Média e que representam vários géneros escritos, tanto literários como de uso comum. O período focado estende-se do século XIII até meados do século XV. Os índices relativos à origem dos exemplos linguísticos reproduzem as informações que se dão nas antologias redigidas por Nunes, Corrêa de Oliveira e Machado Saavedra (ver bibliografia).

2. A RECIPROCIDADE – OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A reciprocidade representa um conceito transmitido por dois tipos de signos linguísticos que se opõem entre si, tanto pelas suas propriedades semânticas como pela organização estrutural das sentenças nas quais uns e outros aparecem. A primeira classe inclui as expressões, cujo significado não tem no início qualquer relação com os estados de coisas que decorrem de modo mútuo. É só depois de lhes serem acrescentados os signos auxiliares (os expoentes de reciprocidade) que adquirem a faculdade de se referirem às situações recíprocas. São assim reunidas pelo menos duas relações de igual conteúdo que envolvem pelo menos dois participantes, relações essas que só se distinguem pela direcção para a qual estão viradas (o sorriso mútuo, o acenar com a mão de forma a corresponder, etc.). A primeira das relações vai a partir do participante *x* ao participante *y*; a segunda no sentido contrário. É a presença dos signos auxiliares de reciprocidade, aos quais falta a autonomia semântica requerida para dar origem às descrições definidas e às frases completas, que permite a esse tipo de conjuntos ontológicos serem realizados. As reflexões que se seguem estão dedicadas à forma de que se revestem os expoentes de reciprocidade e aos caminhos evolutivos que percorreram desde o Latim clássico até à Idade Média.

O carácter semântico complexo das construções recíprocas encontra-se comprovado sobretudo pela observação das suas paráfrases baseadas numa sequência de orações coordenadas ou justapostas através de um assíndeto. Os componentes assim reunidos representam cada uma das direcções com que se formam essas relações complexas. Os seguintes versos de *Trovas à morte de D. Inês de Castro* de Garcia de Resende (século XVI) poderiam ser facilmente reduzidos por intermédio dos auxiliares de reciprocidade apropriados.

1. *Conheceu-me, conheci-o,
quis-me bem e eu a ele,
perdeu-me, também perdi-o*

De modo alternativo, costumam aparecer nesse tipo de estruturas, em vez da parte colocada atrás da conjunção, um advérbio ou uma locução adverbial capazes de trans-

mitir o mesmo sentido ao da parte anterior da sentença na direcção oposta. Por este meio, evita-se reiterar elementos idênticos nos segmentos contíguos de uma sequência discursiva. Obviamente, a realização dessa variante é tributária da acessibilidade dos meios lexicais convenientes (os textos medievais não deixaram nenhuns vestígios de advérbios do tipo: *vice-versa*, *igualmente*, *ao invés*, etc.).

A outra variedade de expressões aqui analisadas tem um carácter exclusivamente lexical, o que provém do facto de a reciprocidade ser parte inerente dos seus significados. Por isso, ao contrário do grupo previamente caracterizado, os signos respectivos podem facilmente prescindir dos signos auxiliares de reciprocidade. Cabe-lhes referirem-se aos estados de coisas necessariamente unitários que não podem ser divididos em muitas subpartes do mesmo tipo, inversamente ordenadas. Com efeito, ambos os participantes têm de estar envolvidos, da mesma maneira, um relativamente ao outro, na dita situação. Por outras palavras, estas relações só podem ocorrer de modo mútuo de x para y e de y para x (um cessar-fogo entre duas tropas inimigas, um vínculo entre dois irmãos, etc.). Na hipótese contrária, o estado de coisas não se produz. As tentativas de alargamento das frases baseadas em expressões recíprocas de forma a transformá-las em sequências de orações coordenadas são processos fúteis, logo à partida. Manifesta-se assim a simplicidade semântica dessa classe de elementos lexicais.

Para além das diferenças dos seus significados e dos mecanismos gramaticais que regulam o uso dos auxiliares, ambas as classes se afastam pelas suas propriedades sintácticas. As frases em que a reciprocidade se expressa só graças aos meios lexicais costumam ser revestidas de duas formas. A primeira baseia-se num agrupamento por coordenação dos nomes de participantes. Visto as situações aqui mencionadas abrangem dois indivíduos (lugares, coisas, estados de coisas e por aí adiante) que comungam de um número suficiente de características, não será por acaso que se usa também a forma plural de um termo único. Essa classe lexical não admite aqui excepções. É o modelo “simples”. Noutro molde sintáctico, os nomes encontram-se espalhados por várias partes de uma frase com desigual importância hierárquica: enquanto um impõe as suas características flexionais (número e pessoa gramatical) ao verbo-nome da relação, o outro nome está subordinado àquele. Geralmente esta subordinação realiza-se com a ajuda da preposição originária do latim *cum*. É frequente os linguístas notarem a aparência formal, habitual na área neolatina, entre esse vocábulo e o afixo anteposto a uma série de verbos com valor recíproco (*condizer com*, *conciliar algo com algo*), modelo que se designará como “descontínuo”.

O perfil das frases em que são obrigatoriamente introduzidos os auxiliares de reciprocidade não apresenta tais diferenças. Esta homogeneidade estrutural traduz-se pelo uso quase exclusivo das construções simples com os nomes de participantes coordenados. Os conjuntos paratácticos assim formados mantêm uma ligação com o próprio nome da relação, modificado pelo signo auxiliar adequado. Como já foi salientado, estas estruturas nascem de uma redução das construções que integram duas orações. Assim, uma correspondência icónica entre a forma e conteúdo – cada oração dá conta

de uma das relações sujeitas à união – é substituída por uma oração única com um signo auxiliar, encarregado de representar de modo sintético todas as partes de uma situação complexa.

3. A ORIGEM DOS AUXILIARES DE RECIPROCIDADE. CAMINHOS EVOLUTIVOS GERAIS

Num artigo dedicado à evolução dos auxiliares de reciprocidade em várias línguas naturais, Heine e Miyashita (2008: 176-188) assinalam cinco mecanismos conceptuais capazes de lhes dar vida. Concentrado nos aspectos tipológicos e históricos, estes autores não sempre conseguem efectuar uma demarcação rigorosa dos mecanismos identificáveis num auxiliar particular. Com efeito, num meio formal podem interligar-se vários factores, relacionando-se elementos característicos tanto de um como de outro caminho evolutivo. Ainda que incompleta (quando se trata sobretudo de meios próprios às línguas românicas contemporâneas), esta classificação encaixa-se bem na análise das construções recíprocas descobertas nos textos antigos.

Esses caminhos incluem: i) a oposição de dois termos de uma série (por exemplo, dois pronomes indefinidos) capazes de fazer o contraste entre os objectos ou indivíduos envolvidos na relação; ii) a reiteração quer dos nomes de participantes, quer do próprio nome da relação, quer, ainda, de ambos os elementos (esta variedade verifica-se sobretudo no caso de serem alinhadas duas orações); iii) o uso dos termos que no princípio assinalam as acções efectuadas de modo colectivo; iv) o uso dos termos em que ocorreu a gramaticalização a partir dos substantivos com o significado de vizinho, companheiro, amigo ou análogos; v) o uso dos expoentes da reflexividade que, por sua vez, evoluíram a partir das fontes tradicionais desse significado. Por isso, podem pertencer a esse grupo nomes de partes de corpo e adjectivos que realçam a auto-orientação de um estado de coisas (*próprio, sozinho*). A maioria dos meios aqui mencionados encontra-se atestada nos textos redigidos na Idade Média. Apesar de estar sujeita às modificações e tentativas de melhoramento, os mecanismos discernidos por Heine e Miyashita só raramente se contestam.

Entre todos os meios que acabaram de ser referidos no parágrafo precedente, foi a repetição dos elementos que tocou o papel fundamental no latim clássico. Neste expressavam a reciprocidade os conjuntos de duas formas de um pronome indefinido localizadas uma directamente ao lado da outra. O primeiro elemento apresentava-se sob a forma de um nominativo, seguido por outra forma flexional requerida pelas propriedades combinatórias do nome da relação. Existiam várias realizações desse esquema gramatical, conforme o número exacto dos objectos envolvidos no estado de coisas. Assim se opunham as frases do tipo *Fratres alter alterum adiutant* (dois participantes) e *Milites alius alium cohortati sunt* (mais participantes). O latim arcaico conhecia também o conjunto *uterque utrumque*.

Além das construções baseadas nas configurações pronominais, a língua clássica costumava, a título de meio auxiliar, duplicar os nomes de participantes, dando assim origem às sentenças como *Cives civibus prodesse oportet* ou *Fratres fratribus et amicos amicis iuxta esse locandos quum prelium conseritur*¹. Eram assim formados os agrupamentos em que a um nominativo sucedia directamente a outra forma flexional do mesmo substantivo. No que diz respeito à classificação desses meios sinsemânticos, trata-se, hipoteticamente, de uma instância de reduplicação (Rubino, 2011).

4. OS AUXILIARES DE RECIPROCIDADE ATESTADOS NOS TEXTOS ARCAICOS

Com o surgimento das línguas nacionais originárias do latim, só poucos exemplos sobreviveram do mecanismo clássico. Deve-se notar sobretudo que, nos resquícios que se mantiveram da antiga reduplicação substantival, os dois aparecimentos do mesmo nome já estavam distanciados na estrutura linear da sentença. Além disso, a escassez com a qual esse meio surge nos textos levanta as dúvidas quanto ao seu estatuto gramatical: trata-se de um meio regular, prontamente disponível, ou de um encontro aleatório das mesmas palavras espalhadas pelos trechos vizinhos de um texto? Seja como for, é ponto assente que o valor genérico permanece no único exemplo recolhido nos textos que forneceram o material para este artigo. À semelhança do latim, na frase abaixo, o nome *amyguo* funciona de modo a poder ser substituído por uma forma plural sem que lhe seja, de qualquer modo, alterado o sentido.

2. [...] *por que hũu amyguo ssempre lhe conpre seruiço d'aoutros: hũu amyguo serve o outro amyguo.*
(O Livro de Esopo, 38-39)

4.1. *UM AO OUTRO* E AS SUAS VARIANTES

Abandonadas as séries de pronomes ou substantivos duplicados, outro meio auxiliar acabou por se implantar. Às reiteraões latinas sucederam os conjuntos de dois elementos indefinidos distintos, materializados pela sequência *um ao outro*, o que,

¹ Esses exemplos parecem comprovar o valor genérico com o qual funcionavam os nomes dentro das séries substantivais assim formadas. Com efeito, o singular da sentença *Homo hominis lupus est* não condiz com a realidade e é capaz de ser facilmente substituído pelas formas do plural. Essas construções não identificam então determinados elementos de um conjunto de homens, amigos, cidadãos, etc., nem se comprometem com a asserção da existência deles. Na melhor das hipóteses, só são apontados quaisquer objectos com valor meramente virtual, caracterizados pelo facto de poderem manter uma determinada relação (ser favorável a outrem, estar situado de uma maneira ou outra relativamente a alguém, estar prestes a afligi-lo, etc.) com os outros objectos potenciais do mesmo tipo (Larrivé, 2009: 8-10). Não admira que a esmagadora maioria dessas sentenças funcione com um valor injuntivo. No caso de a sentença transmitir uma sabedoria popular, trata-se de uma experiência passada generalizada às situações actuais, futuras e hipotéticas.

relativamente à classificação de Heine e Miyashita, já representa um novo mecanismo conceptual. Não obstante as diferenças, é de salientar as analogias entre esses dois meios. Destaca-se sobretudo a estrutura bipartida tanto de um como do outro expoente. Assim, ambas as soluções demonstravam a tendência dos utilizadores para transmitir a reciprocidade de um modo icónico. Trata-se da projecção de algumas propriedades semânticas dos estados de coisas mútuos para o nível da organização sintáctica das sentenças. Assim, à igualdade dos participantes na relação corresponde o uso de duas formas de um nome ou de vários elementos que pertencem, porém, a uma só classe gramatical. O facto desses elementos serem agrupados dentro de um nódulo sintáctico também contribui para assinalar o percurso de uma situação recíproca. Afinal, existe uma correspondência perceptiva entre o número dos objectos ou indivíduos envolvidos numa relação binária e o dos elementos nominais encarregados de lhes fazer referência.

Não são fáceis de serem reconstruídas de modo inequívoco os factores que originaram a passagem de um para outro modelo. O desaparecimento das oposições flexionais contribuiu decerto para o abandono do mecanismo baseado no agrupamento de várias formas de um substantivo. De facto, alguns casos confundiram-se até ao ponto de já não poderem ser identificados de maneira eficaz, o que impediu, definitivamente, o recurso às séries nominais duplicadas. Nestas circunstâncias não é de admirar que ao contraste flexional viesse substituir-se a oposição de vários vocábulos, e, além disso, regularmente relacionados por intermédio de uma preposição. Esse novo auxiliar de reciprocidade apresentava, ao mesmo tempo, as particularidades que o afastavam dos seus homólogos descobertos noutras línguas românicas da mesma era. São essas particularidades portuguesas que vão receber uma análise nas reflexões que se seguem.

Nos mais antigos textos redigidos nas então incipientes línguas nacionais, galego-português e o próprio português, a posição de *um ao outro* já parece nitidamente estabelecida. Testemunham-na sobretudo as passagens em que ao lado desta configuração dos indefinidos aparecia o pronome *se*. Os agrupamentos assim formados eram capazes de descartar a interpretação reflexa e seleccionar o outro sentido próprio de *se*. Tal efeito não era capaz de se realizar com o uso exclusivo desse pronome. Os conjuntos que incluíam ambos os expoentes também surgem no caso de o infinitivo do verbo sujeito à transformação recíproca vir a seguir a uma forma verbal acompanhada pelo pronome reflexo. Evitava-se assim uma vizinhança algo confusa de dois *se* de tipo: *Esforçavam-se para se consolarem* (não obstante a língua tolerar as combinações assim construídas, como *A admoestação dele ajudou-nos a abraçarmo-nos, A admoestação dele fez-nos abraçarmo-nos*, etc.).

3. *Esforçavam-sse huũs por comssollar os outros.* (Crónica de D. João I, I, 305-309)

Além de ser usado nas condições sintácticas aqui mencionadas, *um ao outro* exibia algumas particularidades na sua organização interna. Merecem ser destacados

em primeiro lugar os seus usos descontínuos com ambas as partes mutuamente afastadas na estrutura linear da sentença. No material recolhido para o presente estudo, essa variante verifica-se no caso de *um* funcionar como um determinante do nome (*humas aazes, os huïis irmãos*) que desempenhava o papel de membro central do sintagma. As construções descontínuas assim formadas tinham em comum o facto de possuírem uma interpretação partitiva. Fazia-se, pois, referência aos subconjuntos de um agrupamento mais numeroso de seres ou objectos (*irmãos, aazes*), sem que fosse possível determinar a identidade exacta dos elementos que a ele pertenciam. Com excepção desses dois exemplos, os restantes não apresentam tal afastamento dos pronomes.

4. [...] e **forom-sse ferir humas aazes com as outras** e foy grande a batalha. (*Livro de Linhagens do Conde D Pedro. IV Livro de Linhagens. Port. Mon. Hist., Scriptores, I, 43*)
5. [...] onde convinha de necessydade de **se apartarem os filhos dos padres, e as mulheres dos maridos, e os huïis irmãos dos outros**. (*Crónica dos Feitos de Guiné, 124-127*)

A variante mais frequente desse expoente bipartido era a em que nenhum determinante acompanhava o primeiro elemento da configuração, enquanto que o outro era precedido de um artigo definido (exemplos 6 a 9). No entanto, dentro dessa área da sintaxe a língua não encontrou ainda na Idade Média uma norma universalmente aceite. Embora estivessem em número bem reduzido, as sentenças em que ambos os elementos apareciam sós não podem, de modo nenhum, ser considerados excepcionais (exemplos 10 a 12).

6. [...] e **preguntamdo huïis aos outros quem matava o Meestre, nom minguava quem rresponder que o matava o comde Joham Fernandez, per mamdado da rainha**. (*Crónica de D. João I, I, 24-27*)
7. [...] ca huïis tiinham as caras baixas, e os rostros lavados com lagrimas, **olhando huïis contra os outros**. (*Crónica dos Feitos de Guiné, 124-127*)
8. [...] tais ciümes não devem haver por **a grande segurança que um do outro, sem algum temor; sempre tem**. (D. Duarte, *Leal Conselheiro*, VIII) (<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/dduarte.htm#leal>)
9. Mas entre aqueles casados que esta mui perfeita maneira de amar afirmada por grande experiência **bonm conhecimento que um do outro tem** havida [...] (D. Duarte, *Leal Conselheiro*, VIII) (<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/dduarte.htm#leal>)
10. Os portugueses andauam per a lide ferindo e deribando e **diziam huuns contra outros**. (*Livro de Linhagens III, Port. Mon. Hist., Scriptores, I, 185-190*)
11. As uozes d' eles eram bayxas e tam mudadas, que se **nom entendiam huuns a outros**. (*Livro de Linhagens III, Port. Mon. Hist., Scriptores, I, 185-190*)
12. E d' estas tres cousas **hũa sem outra não uall nada**. (*Castelo Perigoso in: Leite de Vasconcelos, Textos Arcaicos, 48-49, 3.ª ed.*)

O uso instável dos artigos e o facto de essa configuração recíproca não oferecer variação nenhuma dentro da categoria de pessoa (*Nós estávamos a admirar os uns aos outros, Eles estavam a admirar os uns aos outros*, etc.) fazem comprovar a ausência do carácter referencial dos seus elementos. Com efeito, os pronomes indefinidos descobertos nesse auxiliar não representam as unidades de designação. Falta-lhes a capa-

cidade de substituírem os nomes de indivíduos envolvidos nas situações recíprocas. Caso haja três participantes (ou mais) num estado de coisas mútuo, os dois pronomes não dão para os identificar a todos. Por isso, os pronomes *um* e *outro*, quaisquer que sejam os determinantes que se lhes acrescente, não se devem considerar capazes de fazer referência, ao contrário de verdadeiros anáforicos, a uma sequência discursiva previamente introduzida no mesmo texto (Bhat, 2004: 87). Não admira, assim, a confusão que reinava nessa área da sintaxe nominal portuguesa na Idade Média, pois o número de emparelhamentos hipotéticos dos subconjuntos vai muito além do que possam cobrir os dois pronomes. O exemplo *E d'estas tres cousas hũa sem outra não uall nada* comprova que essas formas indefinidas só efectuavam uma referência indiscriminada.

A outra marca emblemática, associada às sequências aqui mencionadas, consiste na presença obrigatória de uma preposição capaz de relacionar os seus indefinidos. Mesmo no caso de a sentença assentar num verbo transitivo, manteve-se a prática de intercalar uma preposição no meio da configuração. Perdeu-se, assim, a semelhança entre as propriedades sintácticas do verbo e as que se aplicavam dentro do auxiliar.

13. [...] *e começarom s'acatar hũus aos outros, e uirom-se muj mais fremossos muj gram peça.* (*A História dos Cavalleiros da Mesa Redonda e da Demanda do Santo Graall*, ed. de Karl von Reinhardstoettner, 3-5 e 16-18)
14. [...] *ante syam callados e catauam-se hũus aos outros.* (*A História dos Cavalleiros da Mesa Redonda e da Demanda do Santo Graall*, ed. de Karl von Reinhardstoettner, 3-5 e 16-18).

Noutros casos, as preposições obedeciam aos requisitos sintácticos do nome da relação. No entanto, os exemplos aqui recolhidos oferecem alguns usos insólitos que merecem uma análise aprofundada. Trata-se da presença de *com* dentro do auxiliar bipartido em questão (o último exemplo da série, dado a título de comparação, mostra o funcionamento regular de *entender-se*).

15. [...] *veede como se apertam huũs com os outros, que a penas os podees deslegar!* (*Crónica dos Feitos de Guiné*, 124-127).
16. [...] *e eram os braados tamtos, e ho arroido tam grande, assi d'homens como de molheres, que se nom ouviom huuns com outros.* (*Crónica de D. Fernando*, II, 215-218)
17. [...] *era ho arroido atam gramde que sse nom entemdiã huũs com os outros [...]* (*Crónica de D. João I*, I, 24-27).
11. *As uozes d'eles eram bayxas e tam mudadas, que se nom entemdiã huuns a outros.* (*Livro de Linhagens III*, *Port. Mon. Hist., Scriptores*, I, 185-190)

A presença de *com* nestas sentenças desvia-se da regra de o elemento inserido entre o *um* e o *outro* reproduzir a preposição requerida pelo nome da relação. Com efeito, *apertar*, *ouvir* e *entender* não exigem que os seus complementos sejam introduzidos por *com*. Pelo contrário, esta preposição costuma usar-se em construções descontínuas, isto é, naquelas que se baseiam num elemento com o valor recíproco intrínseco. Os verbos agrupados nos exemplos 15-17 não oferecem tal propriedade semântica, sendo por isso diferentes de *topar* e *falar* (os exemplos 18-19). Estes últimos pressupõem

o envolvimento mútuo de, pelo menos, dois objectos distintos, demonstrando assim o funcionamento habitual de *com*.

18. **Huũs topavam com os outros**, nom veemdo caminho nem em que logar eram, e leixavom-sse estar quedos, espantados de tam demesurada noite. (Crónica de D. João I, II, 351-353)
19. **As gentes que esto ouviam sahiam aa rrua veer que cousa era; e, começando de fallar huũs com os outros, alvorçavam-sse nas voomtades [...]** (Crónica de D. João I, I, 24-27)

O problema que aqui se coloca é o de determinar de onde provém o uso de *huũs com os outros* com os verbos como *apertar*, *ouvir* e *entender* que, no entanto, não fazem referência a um estado de coisas mútuo. Essa prática representa, ao que parece, a contaminação de dois modelos sintácticos – simples e descontínuo. Apesar de os dois transmitirem sentidos parecidos, há também aspectos pelos quais se distinguem. Através do uso de *com*, realiza-se a tentativa de transgredir a linha divisória que os separa. No que respeita às consequências de tais transgressões, alguns verbos, por serem repetitivamente usados como se a reciprocidade fosse uma das suas características inerentes, são capazes de mudar de comportamento sintáctico. Acabam nessa hipótese por ser transferidos para a outra classe lexical. É, supostamente, a evolução que percorreu *bater* ao longo da história da língua portuguesa. O seu significado inicial tem pouco a ver com a reciprocidade (é, com certeza, possível A bater em B e a acção não se produzir em sentido inverso). Não obstante, sendo as pancadas realizadas recíprocamente muitas vezes, a semântica de *bater* evoluiu de um modo característico das expressões recíprocas lexicais. Daí frases do tipo *Fragata portuguesa bateu-se com piratas na Somália* que abundam nos textos de hoje em dia. No caso de *apertar*, *ouvir* e *entender*, os factores extra-linguísticos não actuaram com suficiente força para favorecer tal mudança. A eventual modificação sintáctica acabou por não se implantar. Hoje em dia, esses verbos, desde que se lhes acrescente um auxiliar de reciprocidade, continuam a funcionar no âmbito das sentenças que realizam o modelo simples (sem *com*).

Como já foi assinalado, o sistema lexical do português arcaico oferecia signos capazes de fazer referência às relações recíprocas, sem qualquer recurso a auxiliares. Os sentidos próprios dessa classe de expressões permitiam prescindir dos meios adicionais. No entanto, deve-se explicar a presença dos verbos *topar*, *falar*, *apertar*, usados com o intuito de transmitir o conceito de reciprocidade junto de *huũs com os outros* nos exemplos previamente citados. A finalidade com que ocultam as combinações assim formadas refere-se ao modo de interpretação e resulta nos dois valores opostos: colectivo e distributivo (Renaud, 2002: 101).

As sentenças nas quais os signos com valor recíproco inerente se relacionam com os nomes agrupados dentro de um nóculo sintáctico ocasionam a referência a dois tipos de estados de coisas não sinónimos. A interpretação distributiva estabelece uma série de correspondências dentro do conjunto, emparelhando por turnos cada

participante com os restantes. Surgem assim os subconjuntos de dois indivíduos, ou mais, em paridade. Esta interpretação assinala o carácter semântico e sintáctico completo da sentença – todos os objectos nela envolvidos se encontram identificados. Na interpretação alternativa, os nomes agrupados dentro de um nó sintáctico referem-se a uma massa informe. Estando oculta a identidade de outra parte da relação, a frase torna-se incompleta. Assim, as sentenças do tipo *Estas cores destoavam*, se se mantiver a interpretação colectiva, podem levantar dúvidas quanto ao seu significado – as cores não condizem entre si ou com alguma outra coisa? O uso de *huũs com os outros* soluciona essa falta de clareza. Junto a uma expressão com valor recíproco inerente, a configuração aqui mencionada faz com que somente a interpretação distributiva seja seleccionada.

Os textos portugueses arcaicos contêm mais uma combinação com os elementos supostamente supérfluos. Trata-se das sentenças que, além das expressões com o valor recíproco intrínseco, integravam também o pronome *se* e a configuração bipartida *huũ com outro*. No entanto, a análise semântica revela que tal acúmulo de elementos heterogéneos não resulta numa sobrecarga. O caso está ilustrado com o exemplo 20.

20. [...] e *juntavom-sse em assumada huuns com os outros fallamdo sobr'esto, aguardando quamo aviam de viinr com o pemdom.* (*Crónica de D. Fernando*, II, 215-218)

O papel desempenhado por *huuns com os outros* continua a ser o mesmo daquele que acabou de ser discutido no parágrafo precedente. É a selecção da referência distributiva e o indício da plenitude sintáctica da frase. No que diz respeito ao pronome, a primeira variante é aquela em que o *se* inserido junto ao nome da relação tem um carácter estacionário e permanece com um significado vazio. É o caso dos verbos essencialmente pronominais (*queixar-se, atrever-se, lembrar-se, esquecer-se*, etc.) aos quais não correspondem os verbos sem *se*. Pode também ocorrer que a equivalência exista, transmitindo um significado diferente. Afinal, um número significativo de verbos funciona ora com o pronome, ora sem ele. Nesse caso, a sua presença assinala que foi retirado o componente causativo do significado do verbo original. Este último efeito produz-se, ao que parece, no caso do verbo *juntar-se*, conforme se vê no exemplo anterior.

A par da reciprocidade, o auxiliar *um ao outro* salientava, consoante o significado lexical da expressão modificada, o carácter sequencial da relação. Com excepção das acções realizadas de modo repetitivo e alternadamente iniciadas ora por um, ora por outro participante, a reciprocidade não se aplicava a essas estruturas. A configuração aqui mencionada insistia mais na ordem hierárquica entre muitos indivíduos (precedência vs. prosseguimento, inferioridade vs. superioridade). Assim se assinalava que a relação estava “em cadeia”, de um deles para o outro, desse para o seguinte e por aí adiante, mas não em sentido inverso. Esse valor semântico observa-se nos exemplos 21 e 22.

21. *E em pasamdo começarão de se fazer ficadiços, hūs tras outros [...] (Crónica de D. João I, II, 102-107)*
22. *E ao ajuntar das azes poserão as lamças huīs nos outros [...] (Crónica de D. João I, II, 102-107)*

4.2. D'HUÛA PARTE E D'OOUITRA

Por ter sido a mais frequente, a configuração *um ao outro* coexistia com outros auxiliares, incluindo um expoente peculiar do português arcaico e pouco atestado em outras línguas românicas daquela época – *d'huũa parte e d'outra*. As proximidades estruturais partilhadas por ambos os meios (a organização interna binária e o recurso ao mesmo material lexical) não devem dissimular a originalidade dessa nova expressão. São, porventura, mais interessantes os mecanismos conceptuais que levaram ao seu surgimento.

Na classificação dos caminhos evolutivos propostos por Heine e Miyashita, alista-se também a passagem, observada ao longo da história de muitas línguas naturais, dos nomes do tipo “amigo”, “companheiro” ou “vizinho” para a posição dos auxiliares de reciprocidade. Acresce-se-lhes, ao que parece, também o signo presente na expressão aqui mencionada. Esta opinião provém do facto de o conceito próprio de “parte” pressupor a existência de um conjunto de vários elementos. Com efeito, os objectos envolvidos numa relação recíproca não acabam por formar grupos informes e munidos de uma estrutura à prova de divisões. Pelo contrário, os totais que os agrupam só se definem pela adição dos seus membros. Não admira, nestas circunstâncias, o recurso ao vocábulo *parte* para dar origem a um auxiliar de reciprocidade. Do mesmo modo, este é capaz de aludir ao percurso de um estado de coisas mútuo em que os nomes-padrão são tradicionalmente chamados. É lamentável o facto de essa expressão ter sido atestada apenas num texto (*Crónica de D. João I*), até porque todos os exemplos dali extraídos tratam dos acontecimentos bélicos, ou seja, eventos que tipicamente decorrem de modo recíproco. É, aliás, o conhecimento do percurso das batalhas e outras situações análogas que mais contribui para conferir o valor recíproco a *d'huũa parte e d'outra* e rejeitar ao mesmo tempo a interpretação colectiva².

² Alguns investigadores (König & Vezzosi, 2004: 213-216) até propõem a linha divisória entre as acções viradas de preferência para si próprio e as que, partindo de um indivíduo, tipicamente se realizam de modo a afectarem o outro (*self-oriented vs other-oriented actions*). Essa distinção é mais útil para a análise das ambiguidades que prontamente se produzem nas sentenças com uma forma nominal plural (ou uma série nominal com membros coordenados) relacionando-se com um verbo pronominal. Sendo o pronome *se* comum tanto à interpretação reflexa como à recíproca, o problema que se coloca é como seleccionar o sentido mais oportuno numa dada situação. Os conhecimentos culturais e a experiência previamente adquirida fazem com que os locutores geralmente percebam por que sentido se há-de optar. Não obstante, os meios especificamente linguísticos também concorrem para evitar os mal-entendidos. No caso de os equívocos serem iminentes, como os que caracterizam a expressão da reciprocidade e da reflexividade na área românica, os auxiliares usam-se sobretudo com o intuito de insistir na interpretação contrária à da expectativa do destinatário. Na hipótese

23. [...] *ferimdo-sse aas vezes d'huũa parte e d'outra* [...] (Crónica de D. João I, I, 305-309)
 24. [...] *e os piões e besterios lançamdo em tanto muitas pedras e virotões de huũa partee a outra*. (Crónica de D. João I, II, 102-107)
 25. *Abasta que de huũa parte e d'outra herão dados tais e tamanhos guolpes* [...] (Crónica de D. João I, II, 102-107)

Além disso, a expressão *d'huũa parte e d'outra* até permitiu a mudança dos conectivos que uniam as suas partes. É, mais uma vez, a preposição *a* que une, em lugar da conjunção coordenativa, as partes dessa expressão. Porém, merece ser salientada sobretudo a originalidade semântica do auxiliar em questão. Em todas as sentenças, o conectivo relaciona as formas do singular. Daí resulta a existência de exactamente dois participantes envolvidos nas relações recíprocas assinaladas com *d'huũa parte e d'outra*. É a propriedade pela qual esse expoente se afasta da configuração *um ao outro*, susceptível de assinalar as relações entre qualquer número de participantes. Por fim, além de desempenhar nos textos medievais um papel propriamente auxiliar, a expressão aqui mencionada acrescenta-se também ao verbo pronominal. Naquela sentença, cabe-lhe rejeitar o significado reflexo potencial.

4.3. O *SE* REFLEXO COM UM VALOR RECÍPROCO

Além de usar os signos descontínuos, o português medieval costumava recorrer também ao pronome *se* como único meio auxiliar de reciprocidade. Na tipologia que preside às presentes reflexões, trata-se da passagem do expoente de reflexividade para a classe dos meios capazes de impor ao enunciado uma interpretação mútua. É o caminho evolutivo universalmente atestado em vários idiomas humanos. Vão aqui ser analisadas principalmente as circunstâncias nas quais esse pronome não estava acompanhado por qualquer outro elemento e, mesmo assim, assinalava a reciprocidade. Os exemplos de tal realização, processados para o presente artigo, só abrangem as construções simples. Não foi registado o mínimo desvio a essa regra. Caso a sentença contivesse os nomes de participantes, estes só se apresentavam sob a forma plural ou de uma série com membros coordenados (é desse ponto de vista significativa a presença de *as gemtes* em vez do colectivo singular *a gemte*, registado porém num dos exemplos que demonstram o funcionamento de *entre si*). Consequentemente, todos os verbos tinham, do mesmo modo, a forma plural. São então típicos os casos abaixo indicados.

oposta, a falta de tal vocábulo “contra-intuitivo” assinala a concordância entre o sentido para o qual está atento o destinatário e o que está efectivado. Realiza-se através da alternância entre a presença expressa e a regressão dos expoentes a cooperação dos falantes, requerida para que progrida uma interação verbal. No caso de as pessoas mencionarem introduzir um significado inesperado, cabe-lhes pôr o outrem em sobreaviso. É um dos elementos essenciais da máxima de relevância de Grice que rege o comportamento comunicativo dos indivíduos envolvidos num intercâmbio discursivo. Seria, de certeza, interessante investigar quais os métodos que se aplicam para interpretar os enunciados em que reina a confusão entre os significados recíproco e colectivo.

26. *Se disserem que muitos casados que muito se amam têm ciúmes [...]* (D. Duarte, *Leal Conselheiro*, VIII) (<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/duarte.htm#leal>)
27. *[...] os semelhantes senti-los-ão, porque ainda que muito se amem, não chegam a verdadeiro estado dos mui bons amigos [...]* (D. Duarte, *Leal Conselheiro*, VIII) (<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/duarte.htm#leal>)

É pelo seu comportamento prosódico que o pronome atestado nos textos medievais diferia do seu sucessor contemporâneo. Ao contrário do que se produz a partir do período clássico, *se* dispunha da faculdade de estar colocado, dentro da frase, em várias posições não contíguas ao verbo (ex. [...] *muy grandes golpess que se ali faziam*; *Livro de Linhagens*, III). Puderam separá-lo, convém esclarecer, os vocábulos pertencentes a várias classes gramaticais e não exclusivamente a outros pronomes átonos (Galves, 2000: 144-145). Daqui se depreende a sua relativa autonomia em comparação com o elemento actual. Este adere de maneira indissociável ao seu vizinho sintagmático, até ao ponto de se confundir com os seus afixos e terminações flexionais (Haspelmath, 2011: 344-347; Miller & Monachesi, 2001: 68-69 assinalam a existência e os julgamentos positivos quanto à sua gramaticalidade das estruturas como *Ela prometeu que lhe não diria nada*; porém, parece que tais afastamentos dos pronomes clíticos não são, na maioria dos casos, aceites). Por ter constituído um objeto morfológico de pleno direito, *se* medieval gozava de uma considerável mobilidade que influía, por sua vez, na organização interna das sentenças com o significado recíproco. Este aspecto técnico manifestava-se nas séries verbais compostas por uma forma verbal pessoal introduzindo um infinitivo (ou participio) que identificava o estado de coisas sujeito à transformação. Naquelas condições sintácticas, *se* era capaz de estar inserido indiscriminadamente quer na forma pessoal, quer no infinitivo (Mattos e Silva, 2008: 422-428). Comprovam essa propriedade os exemplos seguintes, baseados no material lexical tendo semelhanças num e noutra caso.

28. *[...] e alli se começaram as gemtes mais d'alvoraçar.* (*Crónica de D. Fernando*, II, 215-218)
29. *[...] e as gemtes começaram de sse esperder huüs dos outros e nom sabiam que fazer.* (*Crónica de D. João I*, II, 351-353)

O facto de ambos os significados partilharem um expoente comum é sinal das proximidades conceptuais entre a reflexividade e a reciprocidade. Essa última representa a extensão do modo em que decorrem as relações, realizada a partir dos conjuntos unitários aos que contêm um número mais elevado de elementos. Sempre que uma situação só se refere a um indivíduo, este deve ao mesmo tempo representar tanto o seu ponto de partida como também o seu ponto de chegada (ou seja, iniciar um acto e encontrar-se afectado por ele). É desse modo que se define, em trabalhos linguísticos, a reflexividade. Esta variante é capaz de se verificar igualmente, no caso de a relação integrar mais elementos. No entanto, além de estarem envolvidos numa série de acções separadas e viradas para os seus iniciadores, os indivíduos são também capazes de interactuar. Surgem assim correspondências mútuas. Um, pelo menos, de cada dois indivíduos desempenha,

relativamente ao outro, o papel de iniciador de evento e o seu fim. O esquema gráfico seguinte dá conta das eventualidades aqui mencionadas (o símbolo “>” representa a direcção para a qual está virada a relação; Heine & Miyashita, 2008: 169).

30. A > A
 A > A, B > B
 A > B, B > A

Não eram raros os casos em que a equivalência formal dos auxiliares próprios a ambos os significados levava à ambiguidade (cf. infra). Daí, outros meios (principalmente *um ao outro*) estavam habitualmente ao lado de *se* para que se pudesse seleccionar a interpretação recíproca.

31. [...] *os quaaes fallamdo em esto, foram tanto per seu feito em deante, que se firmarom todos em comselho de lh'o dizer.* (Crónica de D. Fernando, I, 155-157)

Não obstante, existiu pelo menos um contexto em que esses dois meios eram mutuamente exclusivos. A distribuição complementar ocorria, segundo comprovam os exemplos, em combinações verbo-nominais. Estas caracterizam-se pelo facto de o conteúdo relacional estar veiculado por nomes que ali aparecem, enquanto que ao verbo cabe contribuir para serem transmitidas as informações menos lexicais: pessoa, aspecto, modo e outras. Todos os textos arcaicos aqui consultados só oferecem, dentro desse tipo de combinações, as transformações realizadas ora unicamente por *se*, ora por *um ao outro*.

32. [...] *ali se tornarom uermelhas com sangue, e corria pelos manipulos de las lorigas atta os cotouelos, pelos muy grandes golpess que se ali faziam.* (Livro de Linhagens III, Port. Mon. Hist., Scriptores, I, 185-190)
33. [...] *e os caualleiros que eram em terra filhauam-se pelos lazes das capelinas e dos bacinetes e dauam-se das brochas.* (Livro de Linhagens III, Port. Mon. Hist., Scriptores, I, 185-190)
34. [...] *e talhauam escudos, capilinas, bacinetes per os grandes e duros golpes que se dauam.* (Livro de Linhagens III, Port. Mon. Hist., Scriptores, I, 185-190)
35. *E poen-sse afeyçom, porque he usada antre as persoas yguaaes, e os grandes a teem em comparaçom dos pequenos.* (Traductado da Uirtuosa Benfeiturya, 283-285)
8. [...] *tais ciúmes não devem haver por a grande segurança que um do outro, sem algum temor; sempre tem.* (D. Duarte, *Leal Conselheiro*, VIII) (<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/duarte.htm#leal>)
9. *Mas entre aqueles casados que esta mui perfeita maneira de amar afirmada por grande experiência bom conhecimento que um do outro tem havida [...]* (D. Duarte, *Leal Conselheiro*, VIII) (<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/duarte.htm#leal>)

4.4. A ALTERNÂNCIA ENTRE SI / ENTRE ELES

O último meio regularmente atestado na literatura medieval portuguesa encaixa-se mais na classificação proposta por Heine e Miyashita pela sua etimologia do que pelo seu funcionamento sintáctico real. Trata-se do grupo prepositivo *entre si* que, mais

uma vez, envolve o expoente de reflexividade. No entanto, mesmo que tenha mantido quase a sua forma latina correspondente, esse auxiliar possuía na Idade Média várias realizações textuais isentas da presença do pronome reflexo inicial. Eram postos no seu lugar outros elementos, incluindo: i) sequências formadas por dois (ou mais) nomes coordenados (*entre os mouros e a raynha e o enleyto*), ii) um só nome plural referindo os indivíduos envolvidos na relação (*antre as persoas yguaaes*), iii) nomes singulares com valor colectivo (*antre gente*), iv) pronomes pessoais no plural (*eles*), frequentemente apoiados por uma indicação numérica *ambos*. Tendo ao seu dispor tanta riqueza dos vocábulos capazes de a seguir, era sobretudo a preposição *entre* que representava o eixo da expressão aqui mencionada.

36. *Muyto durarã as tentações antre eles ambos* [...] (J.J. Nunes, *Uma amostra do livro de Josep ab Arimatia, Revista Lusitana*, XI, 229-231)
37. *E el rei pos amor entre os mouros e a raynha e o enleyto*. (Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, capítulo DL)
38. *Qual foy o primeiro mouimento d'aquella demanda que era antre o rregno de Castella e o nosso de Portugal*. (*Crónica da Tomada de Ceuta*, 11-14)
39. [...] *nũca em nẽhũu tempo tam grande desconforto foy antre gente, hũu polla fame e outro por seu senhor*. (*Estoria de Uespesiano*, apud, J.J. Nunes, *Crestomatia Arcaica*, 162-164, 4.ª ed.; na ed. de Esteves Pereira, 83-85)
35. *E poen-sse afeyçom, porque he usada antre as persoas yguaaes, e os grandes a teem em comparaçom dos pequenos*. (*Traductado da Uirtuosa Benfeiturya*, 283-285)
40. *Hũus choravõ antre ssi*. (*Crónica de D. João I*, I, 305-309)
41. *Veg'eu as gentes andar revolvendo e mudando aginh'os corações*
[...] *do que poen antre si a jurações*. (Pero Mafaldo, n. 435 C.A. e 320 do C.B.; *Chrestomathia archaica, Cantigas d'escarnio e mal-dizer*, XI)

O auxiliar *entre si*, registado nos textos antigos, produziu dois efeitos relacionados com a reciprocidade. Em primeiro lugar, calhou-lhe conferir esse significado aos signos que no princípio não o continham, dando assim origem às construções recíprocas. No caso de a transformação ser aplicada aos substantivos, deveriam incluir-se na sentença os verbos com carácter temporal ou de outra maneira, dando conta dos detalhes do percurso da situação e ao seu fraccionamento em fases (*durar, começar-se*). Pertenciam a esse grupo também os que introduziam a informação existencial (*ser, haver*) ou causativa (*pôr*). Obviamente, a passagem para a interpretação recíproca aplicava-se também aos verbos (*choravõ antre ssi*). Em segundo lugar, dentro das sentenças construídas conforme o modelo simples, *entre si* acrescentava-se também aos elementos com intrínseco valor recíproco. Os aparecimentos nesse tipo de contextos acabavam por abrir mão das interpretações colectivas (quer dizer o evento opunha os objectos agrupados em vez de os integrar a título de uma só parte da relação). Era assim assinalado o carácter completo da sentença.

42. *Assy a desconuenençia antre o senhor e o poboo, nom tam soamente he doestada, mas aynda nom pode receber cura* [...] (*Traductado da Uirtuosa Benfeiturya*, 133-136).

43. *Assi que a terra em que os homões por longo costume e tempo foram criados geera huũa tall conformidade amtre o seu emtemdimento e ella.* (Crónica de D. João I, I, 1-3 e 338-340)
44. *E o Mestre foy loguo dar em eles, aly onde estauom, e começou-se amtre eles huma muy grande e forte batalha.* (Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal, Crónica do Rei D. Afonso III, cap. VI, I, 258-259)
45. *capítulo dcc: Como el rey dom Afonso de Castela soltou sua madre e da guerra que antr'elles ouve depois.* (Cintra, Crónica Geral de Espanha de 1344, capítulo DCC)

Não é fácil demonstrar os critérios que regiam a distribuição dos pronomes pessoal e reflexivo dentro do auxiliar aqui mencionado. Parece apenas comprovada a regra segundo a qual o pronome pessoal fazer referência, na forma de elemento anafórico, aos elementos previamente introduzidos no mesmo texto e já identificados (*Como el rey dom Afonso de Castela soltou sua madre e da guerra que antr'elles ouve depois*). Pelo contrário, o funcionamento de *entre si* era muito menos bem assente. Essa variante inseria-se designando tanto os objectos definidos como os que estavam apenas sujeitos à quantificação existencial sem terem sido definidos. Esses aparecimentos observam-se nos exemplos seguintes

40. *Hũus choravõ amtre ssi.* (Crónica de D. João I, I, 305-309)
41. *Veg'eu as gentes andar revolvendo e mudando aginh'os corações [...]* do que *poen amtre si a jurações.* (Pero Mafaldo, n. 435 C.A. e 320 do C.B.; *Chrestomathia archaica, Cantigas d'escarnio e mal-dizer, XI*)

5. OBSERVAÇÕES DE ENCERRAMENTO

Apesar de já existir em português na Idade Média uma abundantíssima produção escrita de carácter artístico e utilitário, parecem escassos os meios com os quais se exprimia a reciprocidade nos textos arcaicos. O repertório oferecido por outros idiomas da área românica do mesmo período apresentava mais riqueza, tanto no que diz respeito ao número dos auxiliares aos quais se recorria como na variedade das soluções estruturais que tinham sido implementadas. Obviamente, faltam aos textos portugueses os signos com carácter especificamente lexical, sendo as construções recíprocas quase exclusivamente baseadas nos meios gramaticais. Só a expressão *de huũa parte e d'outra* que, devido à sua origem e evolução, parecia susceptível de se afastar desse perfil. A sua posição na literatura medieval era, porém, marginal. Como já foi assinalado, comprovam-na apenas três aparecimentos, todos agrupados num texto e, todos eles, dedicados a um só assunto.

Ao mesmo tempo, com uma frequência crescente, iam espalhando-se por outras línguas antigas os advérbios terminados por *-mente*. Pertenciam ali também os que contribuía para expressar o conceito de reciprocidade. Sempre viva ao longo da história dos idiomas românicos, para proporcionar ao léxico cada vez mais elementos vindos do latim (Stala, 2009: 114), a tendência erudita conduziu ao surgimento des-

se grupo de auxiliares (*mutuellement* e *réciiproquement* em francês, desde o século XIV). Deve salientar-se que os cultismos dentro desse grupo só abrangiam as bases adjectivais, tendo elas sido emprestadas directamente do latim e sujeitas apenas a mínimos ajustes formais, ainda assim com numerosas mudanças semânticas (Osório, 2003: 172). A adição do sufixo já representa um processo verdadeiramente românico. O português medieval não se aventurou na formação dessa nova classe de vocábulos. Nas restantes línguas, um outro meio lexical difundido por uma parte considerável da área neolatina – as locuções construídas segundo o modelo – “nome de parte de corpo – preposição – nome de parte de corpo (repetia-se o mesmo elemento de uma locução para a outra)”, antecedeu a estreia desses advérbios. Podia assim ser seleccionada a interpretação recíproca às custas do sentido colectivo. Mais uma vez, o português arcaico recusou-se a seguir prontamente a tendência.

Merece ser aqui mencionada também a evolução do grupo latim *inter se*, que só decorreu com muita relutância. Como demonstram os exemplos que precedem, esse expoente permaneceu intacto, infiltrando-se praticamente, tal qual, em português. Só eram permitidas as alternâncias na escolha do pronome. Cabia-lhe formar, na estrutura linear da sentença, os nódulos sintácticos submetidos ao verbo e dar assim lugar aos segmentos prosódicos autónomos. Não se realizou então em português a erosão, atestada noutras línguas, da presposição *inter* e a sua passagem para a posição de afixo. Ao contrário do francês antigo, não apareceram na Idade Média os verbos pronominais compostos pelo elemento *entre-* (de formação popular, distinta da que acabou por introduzir a forma culta *inter-*) anteposto ao radical. A mudança não se produz até na época clássica que presenciou a proliferação em cadeia das formas eruditas com *inter-*, intencionadamente introduzidas no léxico.

Procura-se muitas vezes em trabalhos linguísticos o porquê do carácter conservador de várias áreas da gramática portuguesa. Costuma-se referir, numa forma de esclarecimento, a localização geográfica periférica do território português dentro da área românica (Riiho, 1994: 498). Os peritos na linguística de contacto costumam dividir as áreas em que coexistem vários idiomas geneticamente vinculados em dois polos opostos: o centro e as periferias. As mudanças que se propagam em tais espaços vão habitualmente do centro para a periferia, dando a sensação de as regiões fronteiriças estarem atrasadas (Heine & Kuteva, 2005: 121). Ainda se deve levar em conta que ali as novidades só são processadas com lentidão e muitas vezes acabam por não se adaptar. Em todo o caso, é excepcional as tendências inovadoras seguirem os caminhos normais³.

³ Uma das poucas hipóteses de as periferias iniciarem a difusão das mudanças para dentro de uma zona linguística deve-se a contactos com idiomas já de si muito diferentes, quer dizer, pertencentes a um grupo genético alógeno. No entanto, na história de português, as influências desse tipo, os arábigos, incidiram principalmente sobre o léxico e foram sobretudo elas que penetraram a partir do português para outras línguas românicas (Mota & Bacelar do Nascimento, 2001: 932-933). Pelo contrário, as particularidades gramaticais portuguesas, não tendo vindo do superstrato árabe, tinham menos oportunidade de serem exportadas. Por conseguinte, ficaram circunscritas à sua zona originária.

Assim, estando uma língua periférica em fase de mudanças tipológicas, o seu sistema gramatical oscila de modo repetitivo entre os usos novos e os que já estão bem enraizados. Não escaparam a tal conturbação os auxiliares de reciprocidade descobertos nos antigos textos portugueses. Com a decadência definitiva dos meios encontrados em latim clássico (sobretudo o desaparecimento da flexão nominal), surgiu a necessidade de lhes substituir outros meios, baseados, porém, em novos mecanismos morfológicos e sintáticos. Acompanharam essa introdução inúmeras hesitações normativas. Por esta razão, vacilavam os determinantes dentro da configuração indefinida *um ao outro*. Era igualmente o vaivém desfocado (não motivado pelos factores semânticos): *entre si / entre eles* que caracterizava essa fase transitória. Daí vem a observação de que os idiomas periféricos são os que mais mantêm as estruturas antigas e em que elas mais abundam (Hajek, 2007: 174-175, 177). Talvez o comprove o exemplo [...] *hũu amyguo serve o outro amyguo*, imitando ao longe o modelo latim.

Sendo todos os aspectos técnicos deste ramo da gramática incapazes de se resumir unicamente com o recurso aos dados geográficos, devem ser procuradas também outras causas responsáveis pela escassez e vacilação dos auxiliares de reciprocidade no português arcaico. São porventura os manuscritos redigidos em latim vulgar que mais demonstram a importância dessas outras forças. As análises pormenorizadas, levadas a efeito por J.-M. Piel (Costa, 1992: 167 e seguintes), permitiram localizar o nascimento de alguns desses textos, que anteciparam o surgimento do idioma nacional falado no território português, até no início do século XI. Essa fase evolutiva, marcada pela supremacia dos elementos latinos (por muito que estes se afastassem do modelo antigo) sobre os traços especificamente românicos, estendeu-se até aos séculos XI e XII (Mota & Bacelar do Nascimento, 2001: 931-932). Só foi a partir daquele período que se consagrou a produção escrita verdadeiramente galego-portuguesa. O período conturbado em que se deu a transição da língua clássica para a sua sucessora não favoreceu a consolidação definitiva da gramática desta última. Ainda menos puderam estabelecer-se as tendências inovadoras dentro de um segmento particular da sintaxe do incipiente idioma nacional. Não é de admirar nessas circunstâncias que os utilizadores se conformassem com apenas o suficiente para serem realizadas as distinções básicas ligadas à reciprocidade (os critérios de desempate entre a reflexividade e a reciprocidade, a selecção do significado distributivo em vez do colectivo). É o estado de coisas típico de línguas em vias de surgimento.

BIBLIOGRAFIA

- BHAT, Darbhe Narayana Shankara (2008): *Pronouns*. Oxford: Oxford University Press.
 CINTRA, Luís F. Lindley (1990): *Pedro Afonso, Conde de Barcelos: Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV. Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra. Lisboa:

- Imprensa Nacional – Casa da Moeda. URL: <http://www.orbilat.com/Languages/Portuguese/Texts/Portuguese-Texts-Cronica_Geral.html>. Accessed on: 2012-09-16.
- CORRÊA DE OLIVEIRA, Emmanuele; MACHADO SAAVEDRA, Luís (1969): *Textos portugueses medievais*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada.
- COSTA, P. Avelino de Jesus da (1992): «Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico». In: P. Avelino de Jesus da COSTA [ed.]. *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais. 167-256. URL: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/estudos_de_cronologia.pdf>. Accessed on: 2012-08-08.
- GALVES, Charlotte (2000): «Agreement, Predication, and Pronouns in the History of Portuguese». In: João COSTA [ed.]. *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, 143-168.
- HÁJEK, John (2007): «Language Contact and Convergence in East Timor: The Case of Tetun Dili». In: Alexandra Y. AIKHENVALD, Robert M.W. DIXON [eds.]. *Grammars in Contact. A Cross-Linguistic Typology*. Oxford: Oxford University Press, 163-178.
- HASPELMATH, Martin (2011): «The gradual coalescence into “words” in grammaticalization». In: Bernd HEINE, Heiko NARROG [eds.]. *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press. 342-355.
- HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania (2005): *Language Contact and Grammatical Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEINE, Bernd; MIYASHITA, Hiroyuki (2008): «The intersection between reflexives and reciprocals: A grammaticalization perspective». In: Volker GAST, Ekkehard KÖNIG [eds.]. *Reciprocal and Reflexives, Theoretical and typological explorations*. Berlin – New York: Mouton de Gruyter, 169-223.
- KÖNIG, Ekkehard; VEZZOSI, Letizia (2004): «The role of predicate meaning in the development of reflexivity». In: Walter BISANG, Nikolaus HIMMELMANN, Björn WIEMER [eds.]. *What Makes Grammaticalization? A Look from Its Fringes And Its Concepts*. Berlin – New York: Mouton de Gruyter, 213-244.
- LARRIVÉE, Pierre (2009): «What Nominal Phrases Are All About. The Atypical Case of Indefinite Pronouns with a Determiner». *Romanische Forschungen* 121 (1): 3-19.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2008): *O Português Arcaico. Um Aproximação*. Vol. II. *Sintaxe e fonologia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa de Moeda.
- MILLER, Philip; MONACHESI, Paola (2003): « Les pronoms clitiques dans les langues romanes ». In: Danièle GODARD [ed.]. *Langues romanes, problèmes de la phrase simple*. Paris : Editions du CNRS, 67-123.
- MOTA, Maria Antónia; BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda (2001): « Le portugais dans ses variétés ». *Revue belge de philologie et d'histoire* 79 (3): 931-952.
- NUNES, José Joaquim (1906): *Chrestomathia Archaica. Excerptos da litteratura portuguesa. Desde o que de mais antigo se conhece até ao seculo XVI*. Lisboa: Ferreira & Oliveira Editores.
- OSÓRIO, Paulo (2003): «A entrada de latinismos e cultismos em português. A situação da língua desde meados do século XIII até meados do século XVI». In: Alexandre VEIGA [ed.]. *Gramática e léxico em sincronia e diacronia. Um contributo da Linguística portuguesa*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 167-178.
- RENAUD, Francis (2002): « Les bases de la quantification réciproque ». *Linx* 47: 89-206.
- RIIHO, Timo (2004): «Portugiesisch: Interne Sprachgeschichte und Entwicklungstendenzen». In: Günter HOLTUS, Michael METZELTIN, Christian SCHMITT [eds.]. *Lexikon der Romanistischen Linguistik* VI(2). Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 498-511.

- RUBINO, Carl R.G. (2011): «Reduplication». In: Matthew S. DRYER, Martin HASPELMATH [eds.]. *The World Atlas of Language Structures Online*. Munich: Max Planck Digital Library, chapter 27. URL: <<http://wals.info/chapter/27>>. Accessed on: 2012-08-08.
- STALA, Ewa (2009): «Dobletes etimológicos en español – su origen y evolución semántica. Observaciones puntuales». *Studia Linguistica Universitatis Jagellonicae Cracoviensis* 126: 113-127.